

José CAPELA, “Radical or Nothing”, em *The Power of Experiment*, Lisboa: Artéria / Trienal de Arquitetura de Lisboa, 2016, pp. 188-193 [ISBN 978-989-207062]

Deve ser justo afirmar que a inércia faz do ensino do *projeto de arquitetura* uma rotina (pedagógica) com vista a uma rotina (profissional). E isso não é bom.

Leciono “unidades curriculares” (que nome feio!) de projeto desde o ano letivo de 1999-2000 e devo confessar que sinto uma progressiva tendência para a inércia. Digo isto e, atrevo-me a confessá-lo, não me sinto mal com essa inércia.

A primeira explicação para este facto eventualmente lastimável poderá ser a minha idade. Estou a ficar velho. Ou pelo menos mais velho. A meio caminho entre os 45 e os 50 anos, já não sou um jovem professor, e posso ter perdido a vontade e a capacidade (julgo que as tive) de reinventar o ensino. Apanho-me a pensar: Para quê? Terá a vida das pessoas mudado o suficiente para que seja necessária uma nova arquitetura? Os espaços que achamos extraordinários deixaram de ser os mesmos? Uma porta, uma janela aberta para a paisagem, uma sala inundada de luz ou aquecida por uma lareira, uma avenida cheia de grandes árvores, uma escadaria onde as pessoas se sentam com bebidas, um alpendre que é fresco nos dias de calor, um jardim de Inverno, uma cidade a perder de vista na sua variedade – não é isto a arquitetura?

Ao mesmo tempo, e num aparente paradoxo, acho a arquitetura que se produz – a mais banal e também muita daquela que acaba a ser mostrada em revistas da especialidade, em fotografias sem gente ou com vultos desfocados, e cujos céus são invariavelmente muito azuis (até o céu pode ser transformado num cliché!) – aborrecidamente conservadora. Não ultrapassa um exercício de gosto, mais ou menos acompanhado de alguma retórica espacial. Mesmo quando atinge um certo nível de fotogenia, não estamos perante mais do que uma arquitetura que, 100 anos depois de Duchamp ter inventado o *readymade*, exaurida, ainda consegue encontrar variantes para uma ideia de “arquitetura enquanto arte” herdeira da tradição *Beaux Arts*.

Sazonalmente, tudo aos quadrados, tudo aos bicos, tudo às ondas, “minimalismo” (um termo que, coitado!, foi empobrecido ao ponto de significar apenas “depuramento formal”), padrões de volumes ou aberturas com irregularidade gráfica... arquitetura reduzida a “estilismo da construção”. Neste mesmo sentido, às vezes pergunto-me: Porque se insiste em desenhar ainda novos modelos de cadeiras para além dos que já existem? Ainda haverá cadeiras por inventar? Confesso que tudo isto me entedia. (Outras vezes, sinto-me menos fundamentalista.) E talvez comece aqui a minha tendência para a inércia.

Também não encontro redenção num outro paradigma, eticamente mais pertinente: a arquitetura posta ao serviço da ação social. É uma ideia, em si, louvável, mas as boas intenções sociais não têm nada a ver com arte e, insisto, não existe arquitetura sem arte. Este fenómeno não é exclusivo da arquitetura: vivemos um tempo perigoso em que parece ser necessário que as práticas artísticas sejam justificadas por motivos que lhe são exteriores. Servem para salvar desfavorecidos, fazer documentários, salvaguardar memórias, contrapor a geopolítica... Impõe-se à arte a necessidade de ela se justificar de modo utilitarista, ou *positivista* – ou seja, o contrário daquilo que a arte é: um território *autónomo* de especulação, que transcenda as lógicas reconhecíveis

das coisas. Vivemos uma ditadura do virtuosismo moral, equivocadamente exercida sobre a arte para compensar a falta de moral do mundo, para compensar o vendilhismo global.

A minha argumentação, como referi, encerra um aparente paradoxo: estou a opor-me a *conservadorismo* com *conservadorismo*. Estou a defender algumas permanências para a ideia de “arquitetura”, contra o anacronismo de uma ideia de “arquitetura enquanto arte” ou de “arquitetura enquanto serviço social”. Pois é. O conservadorismo não é um só. Para tentar esclarecer este aparente paradoxo, gostaria de equacioná-lo através de três pontos – três princípios que, com a síntese que um texto como este exige, considero orientadores.

(1) *uma arquitetura que visa o quotidiano*

As formas arquitetónicas, nas suas diversas escalas e circunstâncias, são suporte para o quotidiano – para os nossos gestos, ações e paragens. A arquitetura não é um *acontecimento*, mas o suporte para que nele *aconteçam* coisas (Yona Friedman vai ao ponto de afirmar que “um edifício não-usado não é mais do que uma ruína”¹). E este pressuposto, sendo basilar, não determina um modo de fazer, como não determina um modo de habitar. A relação entre forma e quotidiano é matéria de invenção.

Pessoalmente, não concebo que uma qualquer prática dita “arquitetónica” *não* incida, de modo mais ou menos direto, sobre a arquitetura entendida deste modo. Arquitetura não é só “projeto”, mas também não é tudo. A ideia de que o discurso sobre arquitetura é relevante se assentar em analogias com coisas que lhe são longínquas teve a sua utilidade na década de 90, como forma de resistência aos historicismos e formalismos então vigentes. Relacionava-se arquitetura com tudo. Viveu-se a euforia dos títulos “Arquitetura e _____”. Consideravam-se a inter- ou a trans- disciplinaridades positivas em si mesmas. Hoje, salvaguardando a sua importância histórica e as conquistas que dela advieram, não me parece que essa expansão mantenha a sua relevância. Até porque dela resultou também alguma alienação da *razão de ser* da arquitetura. Se há práticas excêntricas em relação à arquitetura que têm um interesse inquestionável, o dicionário oferece inúmeras palavras que certamente podem ser usadas para as designar, evitando com vantagem que nos esqueçamos da verdadeira relevância, *vantajosamente prosaica*, da arquitetura.

Do outro lado do paradoxo, defendo:

(2) *uma arquitetura com dimensão artística relevante*

A arquitetura não é, como referi, “estilismo da construção”: a sua dimensão artística não se encerra na fotogenia. Os processos que dão origem às formas podem ser inventados e estar refletidos nelas. A relação entre forma e quotidiano, para além de todas as dimensões políticas que implica, pode ser matéria de invenção e *locus* de relevância artística.

(3) *uma arquitetura que visa uma ideia de “arquitetura”*

Todas as rotinas de projeto (e de ensino) assentam numa ideia de “arquitetura”. Apesar de muitos dos que cumprem essas rotinas puderem não ter grande consciência (pelo menos a designada “consciência crítica”) do seu próprio quadro de valores, no extremo oposto outros tomam o conjunto

¹ Yona Friedman, “Function Follows Form”, em Jonathan Hughes e Simon Sadler (eds.), *Non-Plan: Essays on Freedom Participation and Change in Modern Architecture and Urbanism*, Oxford: Architectural Press, 2002, p. 111

de pressupostos em que a prática do projeto assenta como objeto de uma deliberada especulação no âmbito dessa mesma prática. No limite, um projeto pode constituir uma proposta de “arquitetura”.

Arquitetura sobre arquitetura.

Com vantagem, estes três itens misturam-se nas práticas de projeto: as práticas em que o *uso* é matéria de invenção; aquelas em que os processos (na suas mais diversas vertentes, desde a dedução da forma até à resposta à normativa, desde a interação com o cliente até ao modo como o projeto é enunciado, etc.) não se limitam a ser expediente e chegam à obra sob a forma de arte; aquelas em que a dimensão política da obra não escapa para fora da arquitetura (a relação com o poder, por exemplo) ou para o simbolismo (a representação desse poder) e reside antes nos próprios protocolos disciplinares; aquelas em que o ato de dizer “isto é arquitetura” a propósito de uma obra pode ameaçar os compêndios.

Foi aqui que parei. Numa arquitetura cuja inquietude não advém de tentáculos trans- ou interdisciplinares, mas da sua especificidade disciplinar: o seu propósito, os seus métodos e, na medida em que estes são agitados, a sua política interna. Uma arquitetura radical. “Radical” não significa “esquisito” ou “hardcore”. “Radical” é um adjetivo relativo a raiz, tal como o verbo “radicar”. Um projeto será radical se especular sobre a raiz de “projeto” ou de “arquitetura” – não a raiz no sentido de “origem” (não me interessa o “primordial”, ou a ideia mitificadora de que, na origem das coisas, se encontra uma qualquer “autenticidade” ou “verdade”), mas no sentido de *definição* de “arquitetura”. Em suma, um projeto é radical se, de algum modo, tiver como alvo a própria definição de “projeto”.

Foi aqui que parei.

Como é que isto se ensina? Certamente, não se ensina com uma cartilha, do mesmo modo que não se produzem artistas com uma cartilha. Mas não quero chegar aqui à conclusão de que “A arquitetura não se ensina. Aprende-se.” – máxima com a qual não me identifico. Há coisas que se ensinam. Ensinam-se coisas várias de ordem prática (e não vale a pena não as ensinar, mistificando-as), e ensina-se *teoria*. E com isto quero dizer: ensinam-se modos de projetar e modos de pensar já identificados e instituídos, e que devem ser ensinados assim mesmo: como “modos de projetar e de pensar já identificados e instituídos”. Como universo alargado de referências. Toda a pedagogia que ensinar um quadro de valores ou um método sem os identificar como coisa que pode ser vista com distanciamento é uma pedagogia demagógica. É a partir da identificação de um leque alargado de possibilidades que os alunos podem escolher e, preferencialmente, especular. Julgo que estas são as coisas mais importantes a ensinar: a multiplicidade e o distanciamento. Coisas que assentam na objetividade das matérias e que requerem que, a partir dela, se cultive a *dúvida*.

Claro que a dúvida se enfrenta agora com um inimigo implacável: a EXCELização do mundo, e o universo da otimização quantificável que lhe é inerente, à qual a Universidade deixou de oferecer resistência. A defesa do “conhecimento como lugar de liberdade” (e de consequente exigência) é o melhor e o mais difícil de tudo isto.